

ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 1.516/2025

Lei nº 1.516/2025

*SÚMULA: Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.*

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

SEÇÃO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º.** Este Projeto de Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2026 compreendendo:

- I – o orçamento fiscal (Poderes Executivo e Legislativo)  
II – o orçamento da Fundação Municipal de Saúde.

SEÇÃO II  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

**Art. 2º.** A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados no artigo anterior, é estimada em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões).

§ 1º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme a legislação pertinente, de acordo com o seguinte desdobramento:

I	Receitas Próprias	R\$	50.000.000,00
	1.1 Receitas Correntes	R\$	50.000.000,00
	1.2 Receitas de Capital	R\$	0,00

§ 2º. A legislação e os resumos das receitas serão demonstrados na forma do que dispõe o inciso I do Art. 5º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SEÇÃO III  
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

**Art. 3º.** Nos Orçamentos Fiscal e da Fundação a despesa é fixada em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões), assim distribuída:

	Orçamento Fiscal	R\$	43.101.152,50
	Orçamento Fundação Municipal de Saúde	R\$	6.898.847,50
	TOTAL	R\$	50.000.000,00

**Art. 4º.** Os resumos gerais da despesa do Orçamento Geral do Município terão a forma do Art. 5º, inciso II, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SEÇÃO IV  
DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

**Art. 5º.** As receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2025 (base de correção relativa a 30 de junho de 2025).

§ 1º. As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2025.

§ 2º. Os valores da receita e despesa poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

## **SEÇÃO V**

### **DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE FONTES**

**Art. 6º.** Fica o Poder Executivo autorizado, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de Lei Específica, destinar os recursos programados em Reserva de Contingência à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, observado o disposto no Quadro “h” do Anexo II - Metas Fiscais e Anexo III – Riscos Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os consignados em Investimentos em Regime de Execução Especial, para abertura de créditos adicionais, atendidas as condições legais.

**Art. 7º.** Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, e até o limite de 6% (seis por cento) a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2026, conforme o disposto no Art. 33, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único – Fica o Executivo Municipal autorizado a reprogramar, por ato próprio, os valores resultantes de superavit financeiro do exercício anterior, exceto a fonte livre – (OOO), sem integrar o limite definido no caput.

**Art. 8º.** O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

**Art. 9º.** Fica o Poder Legislativo autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos do artigo 7º, dando ciência ao Poder Executivo.

## **SEÇÃO VI**

### **DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DOS CRÉDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA**

**Art. 10.** O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo, para tanto, realizar operações de crédito por antecipação da receita.

## **SEÇÃO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 11.** A Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade/operação especial, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos do orçamento fiscal.

**Art. 12.** O Anexo I, contém o demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas definidos nos Anexos II – Metas Fiscais, e III – Riscos Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias

**Art. 13.** Fica autorizada a compatibilização dos programas, ações e valores da presente Lei com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 14.** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Frontin, 17 de dezembro de 2025.

**IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ionara Tayna da Rocha Melnik

**Código Identificador:**8794B6D2

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 18/12/2025. Edição 3430

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita

informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>